



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8035, de 2010, do Poder Executivo, que "aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências".

EMENDA MODIFICATIVA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI Nº 8.035, DE 2010 (do Sr. Alfredo Kaefer)

EMENDA nº / 2011

Acrescente-se a seguinte estratégia à Meta 6:

Estratégia 6.8: A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, **para manter o tempo integral de oito horas diárias, deverá ser implementado prioritariamente até 2014, progressivamente até 2020, atendendo a demanda na etapa de educação básica e da educação infantil** , com apoio técnico e financeira aos Municípios, Estados e ao Distrito Federal .

JUSTIFICAÇÃO

A ampliação da jornada escolar é de grande importância para a melhoria da qualidade da educação, no entanto esse tempo de permanência do aluno na escola deve ser utilizado para atividades extra curriculares, previstas e coerentes com o Projeto Político Pedagógico de cada escola.

A estratégia aponta para a ampliação da jornada com o uso de atividades, oferecidas por instituições e entidades externas, com objetivos e princípios próprios, que não possuem um vínculo efetivo com os profissionais, com o projeto educacional e tão pouco com o trabalho educativo em desenvolvimento na escola.

A proposta transparece uma visão de que a ampliação de jornada é um simples problema de ocupação do tempo de permanência dessas crianças na escola, descaracterizando e desqualificando a proposta de ampliação das jornadas escolares.

A ampliação de jornada deve, ao contrário do que a estratégia propõe, permitir que a escola utilize esse maior tempo do aluno na escola para um desenvolvimento mais eficaz do trabalho educacional, que atualmente fica prejudicado pelo tempo reduzido.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Tal uso exigirá investimento em estruturas, em materiais e em recursos humanos qualificados e na revisão dos projetos político pedagógicos dessas escola.

o tempo integral contribuirá para impedir o trabalho infantil e afastar as crianças e adolescentes da criminalidade precoce.

Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Diante do exposto, vimos pedir aos nobres Pares o indispensável apoio à aprovação desta que, se concretizada, certamente constituirá um importante passo para a conquista de uma educação de qualidade para todas as crianças brasileiras e para o desenvolvimento do País.

Sala das Comissões

de dezembro de 2011

Alfredo Kaefer
Deputado Federal
PSDB/PR